



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

14ª REUNIÃO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Ata da ordem do dia 27 de agosto de 2013.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Data: 27 de agosto de 2013.

Horário: 14 horas

1 Aos vinte sete dias do mês de agosto de dois mil e treze teve início a 14ª Reunião do Conselho de
2 Relações do Trabalho - MTE, sob a Coordenação do Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto. Estiveram
3 presentes os seguintes participantes: Srª Maria das Graças Gonçalves Almeida; Sr. Manoel Messias
4 Nascimento Melo – SRT; Sr. Mauro Rodrigues de Souza –SRT; Nilton Fraiberg Machado - SE; Sr.
5 Carlos Alberto de Oliveira Pereira – CGTB; Sr. Mauri Viana – CGTB; Sr. Joílson Antônio Cardoso
6 do Nascimento CTB; Sr. Valeir Ertle – CUT; Pedro Armengol de Souza – CUT; Carlos Cavalcante
7 Lacerda – FS; Sr. Sebastião José da Silva; Sr. Wilson Pereira – NCST; Sr. Francisco Canindé
8 Pegado do Nascimento – UGT; Sr. Cristiano Zaranza – CNA; Sr. Marcello José Pinho Filho – CNI;
9 Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch –CNI; Srª Junia Queiroz Alves Dal Secchi – CNCOOP; Srª Joicy
10 Damares Pereira – CNS; Sr. Luigi Nese – CNS; Sr. Danilo Piva Junior – CNTUR; Srª Patrícia
11 Cerqueira de Coimbra Duque; Srª Maria Antonieta Dias Faisal – CONSIF; Srª Adriana Giuntini -
12 CNT; Srtª Nicole Goulart - CNT; Sra. Sylvia Lorena Teixeira de Sousa - CNI; Sr. José Alberto
13 Maia – SIT; Sr. Admilson Moreira dos Santos - SRT. **ABERTURA:** O Sr. Paulo Roberto dos
14 Santos Pinto cumprimenta a todos e inicia a reunião com o primeiro ponto de pauta: aprovação da
15 Ata. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo indaga se não poderia deixar a Ata em aberto para
16 que as pessoas façam as suas sugestões de correção, posteriormente, para a próxima reunião. Os
17 participantes concordam com a proposta e o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre que
18 serão socializadas as sugestões de alterações para aprovação da Ata na próxima reunião. O Sr.
19 Paulo Roberto dos Santos Pinto segue para o próximo item de pauta: definição dos novos

20 Coordenadores das bancadas e respectivos suplentes. O Sr. Francisco Canindé Pegado do
21 Nascimento exprime que pela Bancada dos Trabalhadores já foi formalizado na reunião anterior e
22 que não houve mudança. A Sra. Sylvia Lorena Teixeira de Sousa expõe que também já foi
23 formalizado pelo Sr. Marcos a bancada dos empregadores. O Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto
24 propõe sequência na pauta: apresentação por representante do Ministério do Trabalho e Emprego
25 dos estudos que estão sendo desenvolvido por grupo de trabalho interministerial para implantação
26 do E-Social. O Sr. José Alberto Maia cumprimenta a todos e discorre que é coordenador do Grupo
27 de Trabalho do Ministério do Trabalho para desenvolvimento do projeto E-Social. Relata também
28 que o projeto está sendo desenvolvido pela Receita Federal do Brasil, INSS, Caixa Econômica
29 Federal e Ministério do Trabalho. Foi erigido como projeto estratégico do escritório de projetos da
30 Câmara de Desenvolvimento de Gestão e Produtividade que funciona no MPOG. O Sr. José Alberto
31 Maia exprime que esse projeto surgiu de uma iniciativa da Receita Federal para resolver um grande
32 problema da dificuldade do empregador em cumprir suas obrigações acessórias. Ressalta que foi
33 apurado pela Receita Federal em suas fiscalizações, no ano de 2012, cotejando a declaração em
34 folha de pagamento, a diferença de R\$ 4 bilhões de FGTS e 2,5 milhões de trabalhadores deram
35 entrada em algum benefício do INSS apresentando documentos idôneos. O Sr. José Alberto Maia
36 ainda discorre que tem a informação de que cerca 30% dos trabalhadores autônomos não recolhem
37 suas contribuições e estão à margem do Estado e que em torno de R\$ 1 bilhão podem estar sendo
38 objeto de fraude ao seguro desemprego. Salaria que o empresário através do E-Social informaria
39 por um único canal todas as informações acessórias e elas seriam disponibilizadas a todos os entes
40 que fazem o seu uso. Explicou que esse projeto possui quatro objetivos: contribuir para a garantia
41 dos direitos trabalhistas e previdenciários; simplificar o cumprimento das obrigações pelos
42 empregadores; melhorar a qualidade de informações, e aumentar a base de arrecadação diminuindo
43 a informalidade. Expõe também que o projeto deve começar a ser implantado a partir do primeiro
44 semestre do ano que vem, e lembra que participam também do desenvolvimento cerca de 60, 80
45 empresas pilotos que participam da tomada de decisão, encerrando a sua apresentação. O Sr. Paulo
46 Roberto dos Santos Pinto abre a palavra para comentários e perguntas. O Sr. Francisco Canindé
47 Pegado do Nascimento questiona como está o enquadramento do seguimento das micro e pequenas
48 empresas no E-Social. O Sr. José Alberto Maia responde que esse tema deparou diversas vezes em
49 conflito e que os direitos dos trabalhadores são os mesmos, seja a empresa grande ou pequena. O Sr.
50 Luigi Nese entende que o certo seria simplificar o sistema para ser menos informativo e que seria

51 interessante disponibilizar primeiro os dados concretos e depois as interfaces das mudanças do
52 sistema de cada empresa. O Sr. José Alberto Maia explica sobre a participação do desenvolvimento
53 na condição de empresa piloto e que essa participação é feita por um convênio previsto em Lei, mas
54 houve empresas que entraram no decorrer do processo. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch
55 cumprimenta a todos e compreende que diante desses conjuntos de informações que estão sendo
56 integrada e dentro da própria estratégia de implantação são necessários alguns manuais para
57 entender melhor o processo. Relata também que uma coisa é fazer adaptações, fazer a troca de
58 sistemas informatizados e outra é pegar formulários em arquivos de ASO das empresas, colocar de
59 forma eletrônica e disponibilizar no E-Social. O Sr. José Alberto Maia aprofunda um pouco no
60 modelo que foi escolhido para o E-Social e discorre que a mudança do processo está dentro do
61 sistema, na forma de trabalhar e como o sistema vai funcionar. Ressalta que todos continuarão
62 fazendo os seus processos como sempre fizeram, o que apenas vai ser acrescentado é a criação ao
63 final de um processo de uma etapa de transmissão daquele evento. O Sr. Valeir Ertle cumprimenta
64 aos presentes e relata que já conhecia o sistema através de uma apresentação no Conselho Nacional
65 de Previdência Social da DATAPREV. Entende, também, que os trabalhadores deveriam ter acesso
66 às informações do sistema como o depósito do FGTS e expõe que quanto mais democratizar as
67 informações, melhor será para todos. O Sr. José Alberto Maia salienta em relação a democratizar a
68 participação no desenvolvimento do projeto e com relação à utilização das informações. O Sr. Luigi
69 Nese pergunta se há necessidade de fazer um convênio com a Receita Federal para disponibilizar
70 para as empresas alguma informação mais aberta, para poder divulgar entre os associados. O Sr.
71 José Alberto Maia explica que o E-Social já possui um *site* como canal de comunicação que ainda
72 sofrerá alterações. O Sr. Admilson discorre que a pedido do Ministério foi colocado no E-Social
73 todas as informações da contribuição sindical obrigatória e também para quem o trabalhador está
74 consignando a associativa, para capturar essas informações e depositar como mais um elemento a
75 para fazer a aferição. O Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto segue com o próximo ponto de pauta:
76 discussão das diretrizes apresentadas em reunião do dia 21 de maio de 2013 com vista à aprovação
77 de Resolução que tratará da tramitação dos processos de reconhecimento de categoria para fim de
78 registro sindical. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre que a discussão está casada com
79 a discussão da tabela de categorias e que há duas questões que estão paradas do ponto de vista da
80 discussão e está começando a gerar dificuldades, pois são inúmeros problemas, tanto na área
81 empresarial, quanto na área laboral de categorias que possuem divergências. Sugere que se

82 houvesse em 15 dias respostas das bancadas para as proposições e que o debate fosse pautado na
83 próxima reunião do Conselho. O Sr. Luigi Nese concorda com a proposta e entende que responder
84 ao Conselho em 15 dias não teria problema nenhum. A Sra. Adriana Giuntini discorre que dentro da
85 própria bancada talvez precise de mais tempo para definir se chega ao ponto de definição dos
86 procedimentos, e que ainda tem questões que precisam de amadurecimento com relação à categoria.
87 O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo exprime que deve ser resolvido esse problema em apenas
88 uma reunião e que poderia ser pauta, mesmo que não chegue a uma proposta na próxima reunião. O
89 Sr. Valeir Ertle entende que tem a ver as diretrizes com a questão da tabela de categorias, os dois
90 pontos estão ligados e discorre que o prazo dos encaminhamentos das tabelas de categoria era 21 de
91 junho e é necessário tirar um novo prazo para fazer esse encaminhamento. O Sr. Francisco Canindé
92 Pegado do Nascimento relata que para poder encerrar a tabela de representatividade de categorias
93 deve pegar a reunião da Câmara Bipartite e se reunir pela manhã para discutir todos os
94 questionamentos. A tarde será tratada a reunião da Câmara e aquilo que não for possível ser
95 encerrado no dia 12, no dia 24 encerra no Conselho pela parte dos trabalhadores. O Sr. Manoel
96 Messias Nascimento Melo exprime que são duas discussões que estão ligadas, uma sobre diretrizes,
97 procedimentos a serem adotados pelo Conselho no caso de consulta, e a outra a questão das
98 categorias. Continua ainda a sugerir que o tema seja abordado na próxima reunião. O Sr. Manoel
99 Messias Nascimento Melo segue para os próximos pontos de pauta sobre: o debate da FIESP sobre
100 a modernização trabalhista, custos de produção, saúde e segurança, trabalho temporário e sugere
101 também abordar também o tema do projeto Brasil Maior. Cada uma dessas pautas foi explicada e o
102 Sr. Mauro Rodrigues de Souza faz uma explicação melhor sobre a portaria de trabalho temporário.
103 O Sr. Mauro Rodrigues de Souza discorre que essa Portaria visa regulamentar um pouco mais a
104 prorrogação e instituir uma forma de busca de captação de informações sobre o mercado de trabalho
105 temporário, pois as empresas desse tipo de trabalho estão dispensadas de declarar ao CAGED.
106 Sendo assim, não tinha informações sobre o número dos contratos de trabalhadores temporários de
107 uma forma imediata, tendo que esperar a RAIS. Relata ainda que essa Portaria trata basicamente de
108 dois tópicos: um sobre a autorização para a celebração do contrato de trabalho temporário por prazo
109 superior a três meses e outro sobre a captação das informações para efeito de estudo do mercado. O
110 Sr. Mauro Rodrigues de Souza exprime que na primeira proposta de portaria o prazo para
111 prorrogação do contrato era 15 dias, na segunda proposta o prazo foi reduzido para dois dias. E
112 também explica sobre a rescisão antecipada de contrato de trabalho temporário. O Sr. Manoel

113 Messias Nascimento Melo abre para a rodada de perguntas e discorre que a intenção é colocá-lo o
114 mais rápido possível em funcionamento, um sistema que será equiparado e igualado com as
115 informações do CAGED, para apresentar um estudo mais completo do mercado de trabalho do
116 Brasil. Exprime também que é preciso fazer isso urgente, até para que no processo de implantação
117 do E-Social no que se refere às informações do Ministério do Trabalho possa ser incorporado e
118 possa começar a recebê-las. A Sra. Maria Antonieta questiona sobre a sugestão de redação para o §
119 3º, Artigo 3º, se o contrato fica irregular por conta de uma falta de resposta. O Sr. Mauro Rodrigues
120 de Souza responde que não tem nada a ver um com o outro, o parágrafo apenas explica que como há
121 uma autorização de contrato de três meses, se for feito um contrato de um mês e precisa prorrogá-
122 lo? O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que a Portaria precisa ter regras claras, definidas,
123 prazos claros e definidos e que ela própria já possui exceções que tornam o ciclo vicioso. O Sr.
124 Luigi Nese entende que quando houver um pedido entregue, protocolado, evidentemente a
125 fiscalização não deveria ter outro enquanto não tivesse uma resposta. O Sr. Francisco Canindé
126 Pegado do Nascimento pergunta onde está tipificado de forma bastante clara o limite de
127 prorrogação do contrato. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo responde que está no Artigo 2º, §
128 2º. Os participantes debatem sobre as prorrogações. O Sr. Valeir Ertle expõe que estão cada vez
129 mais precarizando as relações de trabalho e que é um absurdo fazer um contrato de nove meses. O
130 Sr. Manoel Messias Nascimento Melo postula que fizeram questão de trazer esse tema para a
131 décima terceira reunião do Conselho e que estão chegando ao estrangulamento dos prazos que
132 tinham para deliberar. Salienta também que o Ministério do Trabalho tem responsabilidades
133 objetivas de resolver alguns problemas concretos dessa atual Portaria. O Sr. Mauro Rodrigues de
134 Souza faz um esclarecimento para o Sr. Valeir Ertle relatando que não pode esquecer que está sendo
135 falado do trabalho temporário regido pelo Artigo 10 da Lei 6019, explica que a Portaria não está
136 inovando nada do que está na norma. O Sr. Cristiano relata que a Lei continua a dizer que poderá
137 ser prorrogada conforme autorização do Ministério do Trabalho e que as fraudes nesses contratos
138 acontecem sobre o argumento de acréscimo extraordinário dos serviços. O Sr. Manoel Messias
139 Nascimento Melo pondera que a legislação brasileira tem inúmeras formas de contratação de
140 trabalho dentro da CLT e que há um desvirtuamento do trabalho temporário, que está sendo
141 discutido no Ministério do Trabalho para controlá-lo. O Sr. Carlos Pereira ressalta que o perigo se
142 refere quando se encontra formas de desvirtuamento do trabalho temporário através da substituição.
143 O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explica novamente o que é substituição de trabalho

144 temporário. O Sr. Cristiano faz a leitura do Projeto de Lei 4433/2012 do Padre Tom e discorre que
145 às vezes parece um pouco contraditório citar numa referência um permissivo de 10 meses e na
146 questão de substituição de pessoal permanente, nove meses ser julgado excessivo. O Sr. Mauro
147 Rodrigues de Souza pondera que as empresas de mão de obra temporária legalizada, que fazem o
148 trabalho de substituição temporária são totalmente favoráveis a esse procedimento de criar um
149 sistema de controle. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo diz que a ideia é abrir um período de
150 sugestões e depois levar para deliberação do Ministro e encaminhar para a Consultoria Jurídica para
151 a publicação da Portaria. Seguindo a pauta: Repositores e Promotores de Venda. O Sr. Manoel
152 Messias Nascimento Melo relata que houve duas reuniões que abordaram esse tema. Na reunião de
153 Coordenação foi proposto a criação de um grupo de trabalho para apresentarem a sua visão com
154 relação aos Repositores e Promotores de Venda. O Sr. Luigi Nese lembra que nesse setor já existem
155 várias empresas que fazem esse tipo de trabalho, promoção de vendas, inclusive há um Sindicato
156 que tem esse tipo de empresa e expõe que gostaria de participar desse grupo de trabalho. O Sr.
157 Francisco Canindé Pegado do Nascimento exprime que está de acordo com a criação do GT e que
158 não há problema, pois normalmente são definidos três titulares e três suplentes. O Sr. Manoel
159 Messias Nascimento Melo postula que pode ser três titulares empresariais e três suplentes; três
160 titulares de trabalhadores e três suplentes. Os participantes discutem sobre o prazo para indicarem
161 os nomes e decidem que dia 05 é uma boa opção. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo segue
162 para o ponto seguinte que trata da proposta de mudança da legislação referente aos músicos.
163 Discorre que o item foi pautado no Conselho e que a Bancada dos Trabalhadores pediu um tempo
164 para decidir o que fazer. Informa que a pauta da próxima reunião será o debate sobre procedimento
165 de discussão de categoria e ordem dos músicos. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo dá
166 sequência para o próximo ponto: discussão das propostas de alteração na Lei 12.619, que é a Lei
167 que regula o exercício da profissão de motorista profissional. O Sr. Valeir Ertle ressalta que não
168 pode omitir o debate e que a discussão tem que ser feita. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
169 expõe que pode ser discutido esse tema na Câmara, na reunião do dia 12; pode até aprofundar no
170 Ministério do Trabalho com os trabalhadores essa questão. Dando sequência para o próximo item o
171 Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata que o governo federal através da Secretaria-Geral da
172 Presidência da república tem discutido sobre o Sistema Nacional de Participação Social que é um
173 sistema que articula experiências dos Conselhos que possuem representação da sociedade e que
174 participa da formulação de políticas públicas. Em função desse debate o governo elaborou uma

175 proposta de Portaria que disciplina e regula os diferentes Conselhos Colegiados para construir numa
176 Política Nacional de Participação Social. Prosseguindo, discorre que é preciso deliberar prazos para
177 retomada dos estudos sobre a tabela de categorias. Salienta também sobre os problemas com as
178 alterações no calendário de reunião. O Sr. Luigi Nese relata que a sua posição quanto à tabela de
179 categorias é quanto antes melhor. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo sugere para marcar as
180 reuniões para a segunda quinzena de setembro. O Sr. Valeir Ertle pondera que a Bancada dos
181 Trabalhadores irá fazer um esforço para que em 30 dias no máximo; na próxima reunião entregar a
182 proposta das Centrais Sindicais sobre categorias. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo esclarece
183 que a reunião ficará para a primeira semana de outubro em datas a serem acertadas com cada
184 bancada. O Sr. Valeir Ertle postula que o Sr. Jacy Afonso levantou na reunião passada sobre a
185 relação dos processos distribuídos para os analistas e se consegue implementar até a próxima
186 reunião. Indaga como está à ordem esse tema. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre
187 sobre a quantidade de publicação de processos e sobre a dificuldade de manter a atualização da
188 posição dos processos finalizados e publicados. O Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento
189 ressalta que tem uma questão sobre a CGTB na aferição. Na publicação é preciso levar em
190 consideração o recurso judicial. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo diz que vai ser divulgada a
191 situação de cada central e todos os seus Sindicatos filiados, e que a implantação no Cadastro
192 Nacional de Entidades Sindicais existe campo obrigatório de informações dos dados. O Sr. Carlos
193 Pereira salienta que recebeu uma representação de dirigentes da Confederação dos Trabalhadores do
194 Serviço Público Federal, da CONDSEF, que possui um núcleo que discute ou pauta os problemas
195 relacionados ao Ministério do Trabalho e Emprego e foi apresentado um diagnóstico assustador
196 sobre a situação desse Ministério sobre a sua estrutura, logística, pessoal e etc. Postula também que
197 é uma reivindicação de consenso da Bancada dos Trabalhadores para a inclusão na próxima reunião
198 do Conselho de Relações do Trabalho da pauta de reivindicações dos trabalhadores do Ministério
199 do Trabalho e Emprego com a participação de um dirigente do CONDSEF para explicar sobre
200 esses problemas. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo exprime que as carências do MTE são
201 grandes e sabe-se que o governo está trabalhando com grandes restrições orçamentárias, que
202 dificultam o enfrentamento no prazo curto de muitos problemas. Prosseguindo sobre os temas,
203 relata também que foi feito um procedimento de verificação do Cadastro Nacional de Entidades
204 Sindicais, com o Cadastro do Código Sindical que a Caixa Econômica utiliza, e que resultou em
205 cancelamento de mais de 30 Sindicatos e entidades. Algumas entidades foram notificadas no

206 processo de saneamento do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais e poucas delas buscaram o
207 Ministério do Trabalho e Emprego para se regularizar. O Sr. Admilson discorre que hoje remanesce
208 mais ou menos em torno de 450 a 470 entidades sindicais que têm código na Caixa Econômica e
209 não estão atualizadas no CNES. No máximo 20 se cadastraram depois da notificação. O Sr. Manoel
210 Messias Nascimento Melo exprime sobre o tema, contribuição sindical, e cita que foi feito anos
211 atrás um Projeto de Lei que fechava as brechas e também autorizava a atualização dos valores da
212 contribuição sindical de empregados, empregadores, autônomos, profissionais liberais e rurais.
213 Sugere que as duas bancadas estudem sobre esse Projeto de Lei. O Sr. Carlos Pereira coloca que os
214 trabalhadores têm um problema sério quanto à ação do Ministério Público; das intervenção nas
215 entidades sindicais e é preciso resolver esse problema. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
216 relata que possui um projeto de Lei no Congresso sobre esse tema e ressalta novamente para
217 avaliarem, enquanto bancada, na reunião de Coordenação em 15 dias para conversar se vai pautar
218 ou não o tema da contribuição sindical, encerrando assim a reunião.

219

220 Paulo Roberto dos Santos Pinto – SE _____

221 Maria das Graças Gonçalves Almeida - GM _____

222 Manoel Messias Nascimento Melo – SRT _____

223 Nilton Fraiberg Machado – SE _____

224 Carlos Alberto de Oliveira Pereira – CGTB _____

225 Mauri Viana – CGTB _____

226 Joílson Antônio Cardoso do Nascimento – CTB _____

227 Valeir Ertle – CUT _____

228 Pedro Armengol de Souza – CUT _____

229 Carlos Cavalcante Lacerda – FS _____

230 Sebastião José da Silva – NCST _____

231 Wilson Pereira – NCST _____

232 Francisco Canindé Pegado do Nascimento – UGT _____

233 Cristiano Zaranza – CNA _____

234 Marcello José Pinho Filho – CNI _____

235 Rafael Ernesto Kieckbusch – CNI _____

236 Junia Queiroz Alves Dal Secchi – CNCOOP _____

- 237 Joicy Damares Pereira – CNS _____
- 238 Luigi Nese – CNS _____
- 239 Danilo Piva Junior – CNTUR _____
- 240 Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque – CNC _____
- 241 Maria Antonieta Dias Faisal – CONSIF _____
- 242 Adriana Giuntini – CNT _____
- 243 Sylvia Lorena Teixeira de Sousa – CNI _____